

“O QUE OS OLHOS NÃO VEEM O CORAÇÃO NÃO SENTE”:

RELIGIÃO – INCLUSÃO – EDUCAÇÃO

Vera Luci Machado Prates da Silva¹

Resumo:

A história tem expandido o olhar sobre a complexidade da deficiência e sua presença no percurso da humanidade, bem como a forma de tratar as questões que envolvem as pessoas atingidas por ela. A Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD) é um movimento que nasceu em meados do século XX, na Europa, de cunho essencialmente religioso. Traz em seu bojo forte impulso para a visibilidade da pessoa com deficiência à medida que vai possibilitando a ela a conquista da autoestima e autonomia e resgatando a dignidade humana inerente a todas as pessoas, com deficiência ou não. Nesse processo há um empoderamento e envolvimento em lutas por seus direitos e pelos direitos de outras pessoas marginalizadas. A conquista da autoestima e da autonomia e o resgate da dignidade humana são elementos fundamentais que sedimentam o alicerce para uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Educação. Inclusão. Fraternidade.

Abstrat:

History has expanded our view of the complexity of disability and its presence in the course of humanity, as well as how to address the issues surrounding people affected by it. The Christian Brotherhood of Persons with Disabilities (DCF) – in Brazil *Christian Fraternity of People With Disabilities*, initials FCD) - is a movement that is born in the mid-twentieth century in Europe, essentially religious in nature. It brings in its core strong impetus for the visibility of people with disabilities as it enables them to achieve self-esteem and autonomy and rescues the human dignity inherent to all people, whether disabled or not. In this process there is empowerment and involvement in struggles for their rights and the rights of other marginalized people. The achievement of self-esteem and autonomy and the rescue of human dignity are fundamental elements that set the foundation for an inclusive education.

Key Words: Persons with disability. Education. Inclusion. Brotherhood.

O dito popular: “O que os olhos não veem o coração não sente”, aplica-se, via de regra, muito bem à situação da pessoa com deficiência. Nosso olhar não registra sua presença e assim ela passa a não existir. Se “não existe” não é preciso preocupar-se com ela. Não precisa se adaptar ao mundo e à sociedade para que ela possa participar e com isso não pode construir seu próprio

¹ Doutora em Educação pela UMESp, velups@uol.com.br

mundo. A invisibilidade passa pelo ignorar a presença da pessoa ou, mesmo, pelo esconder, isolar até do convívio familiar.

A história tem expandido o olhar sobre a complexidade da deficiência e sua presença no percurso da humanidade, bem como a forma de tratar as questões que envolvem as pessoas atingidas por ela. Apontando a trajetória do extermínio, da exclusão, da invisibilidade, até à atitude de reconhecimento do pertencimento das pessoas com deficiência ao mundo social, como ser humano, sujeito de direitos e deveres. Proporcionando a percepção de que as pessoas são maiores do que suas limitações pessoais, causadas pela deficiência. Incluindo, ainda, o reconhecimento de que o comportamento da sociedade em relação a elas é que é deficiente, produzindo mais barreiras que limitam sua participação plena, até chegar ao que hoje entendemos por Inclusão. Nessa caminhada encontramos a Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD).

A FCD é um movimento que nasce de cunho essencialmente religioso, traz em seu bojo forte impulso para a visibilidade da pessoa com deficiência à medida que lhe vai possibilitando a conquista da autoestima e autonomia e resgatando a dignidade humana inerente a todas as pessoas, com ou sem deficiência. Nesse processo há um empoderamento e envolvimento em lutas por seus direitos e pelos direitos de outras pessoas marginalizadas. A conquista da autoestima e autonomia, o resgate da dignidade humana são elementos fundamentais que sedimentam o alicerce para uma educação inclusiva. A FCD tem seu nascedouro em meados do século XX, na Europa, estreitamente ligada à história de vida do Padre Henri François, na França.

Um pouco da história da FCD

Henri François nasceu a 08 de maio de 1897, em Legny, na França. Sua vocação sacerdotal despertou ainda no colégio, em Melgrange, o grande colégio católico de Nancy. Terminava seus estudos escolares quando estourou a guerra de 1914. Iniciou sua formação sacerdotal em St Sulpice, em 1916, logo adoecendo gravemente. Sua enfermidade não o impediu de fazer um bom seminário. Dedicou seu tempo de imobilidade à reflexão e ao aprofundamento teológico e das Escrituras. Terminou seus estudos em 1922, com meritórios resultados, mas com a saúde profundamente comprometida. O bispo Monsenhor Ginistry tomou a decisão de ordená-lo para que pudesse rezar algumas missas antes de morrer. Em 29 de junho foi ordenado e encaminhado à família.

Então, procurou seu pároco para lhe pedir uma função. Um pouco embaraçado, ele lhe disse que ensinasse o catecismo e visitasse os doentes. Ao se dedicar à visitação dos doentes, em uma cidade de operários, descobriu não só o mundo dos doentes, mas o mundo dos pobres.

Em agosto de 1929, já com trinta e dois anos e com a saúde recuperada, foi nomeado pároco de Faire-les-Sources e, mais tarde, em 1932, com a morte do capelão do Hospital Psiquiátrico, tornou-se, além de vigário, capelão do hospital, onde teve contatos continuados com os doentes mentais. Quando pároco de Saint-Victor, em 1942, assume cumulativamente a capelania do Hospital daquela cidade. Diante da impossibilidade de continuar sua missão de visitação domiciliar às pessoas doentes e deficientes, desafiou-as a continuarem sua tarefa, tendo três mulheres aceitado o desafio. Reuniam-se mensalmente, compartilhavam as experiências, rezavam todos juntos, reanimavam as forças e o movimento foi se ampliando.

Poder-se-ia dizer que a FCD deu seu primeiro passo em 1929, com a ordenação sacerdotal e devolução de François à família devido a sua saúde frágil. No entanto, esta caminhada foi oficialmente reconhecida a partir de 1945, com o primeiro encontro que reuniu por volta de uma centena de pessoas.

O nascedouro da Fraternidade deu-se quando o mundo estava destroçado pelas duas Grandes Guerras, em especial o mundo europeu, a França e, mais particularmente, Verdun. Nesse ambiente de morte e destruição alguém se levantou do leito de sua enfermidade e saiu estendendo a mão a outros que estavam nas mesmas condições ou em condições piores. Certamente, pessoas que estavam convivendo com a sua dor e mutilação presentes, mas também com as memórias dos tempos de horror. O contato era feito com a pessoa, na sua casa, nos hospitais, no isolamento. Simplesmente porque era uma pessoa e estava sofrendo. Ai François talvez tenha sido a única pessoa que ouvia, que tratava como pessoa, que tocava, sem ser para dar um cuidado médico, impessoal, como ele mesmo narra. Esta visita sinaliza que o mundo não é só aquele horror vivido. As pessoas percebem que vivem e que essa vida pode ter outra possibilidade.

O Movimento espalhou-se pela França e Europa. Chegou à América Latina em 1967, no Peru, com o Pe. Duato. No Brasil, em junho de 1972, o seminarista Vicente Masip Viciano reuniu, pela primeira vez, um grupo de pessoas com deficiência, na Casa Paroquial Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. No ano seguinte, Masip levou a novidade para Recife, Pernambuco e, aos poucos, o movimento se espalhou pelo Brasil. Na primeira década teve um avanço significativo, atingindo onze estados brasileiros, distribuídos em 185 núcleos e congregando 6 460 fraternistas (JAINES; SCHUCK, 1982, p. 169), com característica mais intimista, religiosa e de visitação.

A partir da mobilização em torno das comemorações do ANO INTERNACIONAL DA PESSOA DEFICIENTE (AIPD), 1981, promulgado pela ONU, a FCD ganhou grande projeção colocando a pessoa com deficiência em evidência no meio social, envolvendo-se nas lutas por seus direitos e em outras lutas sociais. Participou ativamente nas lutas pela redemocratização do

Brasil e na garantia de direitos da pessoa com deficiência na nova Constituição Nacional (1988) e na posterior regularização desses direitos.

A FCD, no Brasil, define-se como: “um movimento internacional e ecumênico de Apostolado Leigo, de natureza promocional, no qual os próprios doentes e deficientes assumem sua direção e se encarregam de sua difusão” (DOCUMENTO BASE, 2006, p.5). O Documento Base da FCD foi aprovado na VII Assembleia Nacional, realizada em fevereiro de 1988, em Cuiabá (MT).

Como trabalha a FCD?

A expressão “ditadura do olhar” é utilizada por Marcelo Rezende Guimarães, referindo-se à possibilidade de a teoria interferir ou engessar a ação na educação para a paz. (GUIMARÃES, 2011, p. 143). Consideramos que é perfeitamente possível utilizá-la no contexto da vivência e convivência no mundo das deficiências. A “ditadura do olhar” refere-se à maneira como se olham determinadas situações e que engessam por meio disso o comportamento diante de tal situação. No que diz respeito às pessoas com deficiência, a maneira como a sociedade as vê impõe a elas formas estereotipadas e mesmo preconceituosas de ser. Passa a ser um determinante na forma como as pessoas são tratadas e como elas agem ou reagem em resposta a esse tratamento. Junta-se a isso o que passa pelo imaginário religioso sobre a deficiência e o sofrimento.

A Fraternidade ganha importância diferenciada na vida das pessoas com deficiência: tira-as do isolamento e ajuda-as a perceber que há um mundo além das quatro paredes de sua casa, que existem possibilidades além de suas “limitações”. Isto faz com que abracem o lema do Movimento: “*Levanta-te e anda*”. Assumem a sua própria vida e passam a se envolver na busca da melhor qualidade de vida para si e para os outros, resultando no envolvimento em movimentos sociais e nas lutas pela garantia de direitos, dando assim, com sua peculiaridade, relevante contribuição para os movimentos sociais, especialmente, nas décadas de 1980 e 1990.

As pessoas expressam como a Fraternidade foi ou é importante, em especial, na descoberta de sentido para sua vida, não mudaram a sua condição de pessoas com deficiência, não perderam suas limitações e em algumas até acentuou suas dores físicas. No entanto, descobriram que tinham uma vida e que poderiam dar sentido a ela. A FCD tem proporcionado aquilo que Viktor Frankl, que experimentou o limite da vida em um campo de concentração, afirma: “Precisamos aprender e ensinar às pessoas em desespero que a rigor nunca e jamais importa o que nós ainda temos que esperar da vida, mas sim exclusivamente o que a vida espera de nós.” (FRANKL, 1987, p. 97).

O que se pode perceber é que as pessoas ao se aproximarem do Movimento, encontram outras, com suas lutas e dificuldades, descobrem que não estão sós nas suas próprias fragilidades. Encontram um ambiente fraterno acolhedor, sentem-se acolhidas e reconhecidas, percebem que estas pessoas encaram a vida de outra forma e vão se envolvendo. Neste aproximar-se e se envolver criam um clima de pertencimento e de percepção da diferença de mundos. Há, pelo menos, dois mundos diferentes: o que encontram no seu dia a dia e o que encontram agora, nesse espaço. Começam a se envolver com outras pessoas e a esquecer de si. “Quanto mais a pessoa esquece de si mesma – dedicando-se a servir uma causa ou amar outra pessoa – mais humana ela será e mais se realizará.” (FRANKL, 1987, p. 127).

O que me encanta na Fraternidade na... na Fraternidade, o que encantou, há tantos anos atrás, **é que... eu consegui ver que... o deficiente é gente como os outros, pessoas, que eu não me sentia gente, me sentia... uma coisa, né!** Porque eu não gostava de aparecer pra ninguém, eu tinha vergonha de tudo, e a Fraternidade me fez ver que nós somos, com todos os defeitos físicos que a gente tem, a gente é e tem importância na... na... na vida da gente. Que a gente tem uma missão pra cumprir. Então isso me encantou, tanto que eu... tá que nem uma cachaça, eu não passo mais sem a FCD.

Nas manifestações sobre a importância da FCD, nota-se que é dada ênfase ao encontro. Isto é significativo, levando em conta a importância da convivência na construção da subjetividade. Embora TOURAINE enfatize a individualidade, em sua combinação de três componentes na formação da consciência do sujeito, é na relação entre subjetividades que se constrói a própria subjetividade. Para ele os componentes são:

Primeiramente uma relação a si mesmo, ao ser individual, como portador de direitos fundamentais, o que marca uma ruptura em relação à referência a princípios universalistas, ou mesmo à lei divina. O Sujeito é seu próprio fim. Em segundo lugar, tanto hoje como ontem, o sujeito não se forma a não ser entrando conscientemente em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito. E por fim, cada um, enquanto sujeito, propõe uma certa concepção geral do indivíduo. (TOURAINE, 2006, p. 130).

Essa relação intersubjetiva propicia a reflexão sobre si mesmo e o reconhecimento do outro como outro. No pensamento de ARDOINO (1998), “instituir o outro como outro”. Isto significa considerar o outro como valioso, importante, com capacidade de participação criadora na construção de si mesmo e de relações libertadoras. Reconhecer o ser humano é reconhecer nossa dignidade e nossos direitos, reconhecer a dignidade e o direito dos outros, primar para que a dignidade e o direito de todos sejam garantidos. Independentemente das diferenças de locomoção, de comunicação, da forma de ver e de ler o mundo. Esse outro que tem uma deficiência diferente, que pensa diferente, que tem necessidades diferentes, mas que, ao mesmo tempo, é parcialmente identificado.

No encontro de heterogeneidades há possibilidades da construção de uma postura diante da vida e de uma relação de construção de subjetividades. A princípio, pode ser dolorosa, mas quando passamos a olhar o outro como outro que, na sua diferença, é um ser humano capaz de se constituir sujeito de sua identidade, esta pode se tornar uma experiência enriquecedora. Lembrando Oliver Sacks (1995), precisamos passar por *uma mudança radical no funcionamento psicológico, no eu, na identidade*. Em nosso processo de ver o outro, em sua identidade e na construção de nossa nova identidade, se processa o mesmo. O que ARDOINO chama de *alteração*, “ela ocorre no tempo, na temporalidade e contém também a morte e o enriquecimento tudo junto” (ARDOINO, 1998, p.20), se dá no reconhecimento do outro como outro que está em interação comigo e com o mundo e está “me” e “se” constituindo como ser humano, é *considerar a presença do outro e sua ação* (BARBOSA, 2004, p.16s.). Poderíamos dizer que estamos, assim, em um processo de educação para a condição humana.

Educar para a condição humana é, antes de qualquer coisa, buscar compreender a condição humana vislumbrando a possibilidade de uma vida melhor para todas as pessoas, com ou sem deficiência. É reconhecer a cultura humana em sua complexidade e respeitá-la. Nestes termos, é possível olhar a pessoa com deficiência como uma pessoa que compõe o universo social e que tem um modo diferente de viver e aprender. (COSTA-RENDERS, 2009, p. 95).

No entanto, a riqueza do encontro está em dialogar com esses pontos.

O diálogo, como modo de existência, é a superação do solipsismo do sujeito e a afirmação da alteridade, uma vez que supõe sempre, ao menos, dois parceiros que interagem. O esquema que estrutura o diálogo não é um-depois-do-outro, mas um-com-o-outro. Ouvir constitui-se, não apenas da exigência e condição central da hermenêutica filosófica, mas sua mais originária experiência. Compreender-se no mundo significa “compreender-se-um-com-o-outro” e “compreender-se-um-com-o-outro significa compreender o outro” (GADAMER apud ROHDEN, 2002, p. 199). (GUIMARÃES, 2011, p. 234)

Compreender o outro implica também compreender-se a si mesmo e se entende como alguém que é e pode ser mais. O encontro contribui não só para a construção da subjetividade, na identificação das semelhanças e diferenças, como também é um espaço de empoderamento. Guimarães (2011), baseado em Arendt, afirma a importância do coletivo para a existência do poder. Ele trata o poder como uma possibilidade de poder ou um potencial que só passa a existir quando os humanos agem juntos e desaparece quando se dispersam. Ele entende o poder como potencialidade de convivência.

O poder é coletivo, grupal e comunitário, embora possa-se identificar o empoderamento individual dos participantes da FCD, este poder emana do pertencimento a um grupo, a um

movimento que valoriza, que potencializa a convivência e que traz luz aos pontos de conflito com as forças excludentes dominantes.

A Fraternidade para muitos tem sido um misto de diversidade, humanidade, autonomia e empoderamento. É muito forte o sentimento de que a Fraternidade é espaço de resgate de vida. O depoimento de Salete Inês Milan, Coordenadora Continental do Continente Latino-Americano, sobre sua trajetória na FCD, reflete a síntese do que significa a Fraternidade para a vida de milhares de pessoas espalhadas pelo mundo e que de alguma forma se envolvem no Movimento. “A FCD me fez descobrir que podia ser protagonista da minha própria história, que tinha capacidades de decidir, opinar, estudar, trabalhar e amar.” Tudo isto fazendo com que se quebrem as amarras dessa “ditadura do Olhar”.

Despertando de sua letargia, os fraternistas tornam-se sujeitos de sua história e da história da sociedade. Além desse movimento de subjetivação, vai passo a passo envolvendo-se em questões de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, especialmente naquelas lutas que procuram proporcionar a plenitude de vida para si e seus semelhantes. No mundo todo, a FCD tem dado sinais de envolvimento, de uma forma ou de outra, nas demandas por direitos. A FCD, como entidade civil, participa dos movimentos sociais.

Tomando o pensamento de Touraine (2006), de que o movimento social é sempre um movimento moral, que os sujeitos se revelam pela apresentação de valores morais que são opostos à ordem social, a FCD tem essa identidade por excelência. Sua proposta tanto como movimento religioso, quanto como movimento social está plena de valores, como a valorização da vida, a valorização do ser humano, a valorização do diferente. Vê a pessoa com deficiência na sua totalidade como ser humano, com virtudes e defeitos, com eficiência e ineficiência. Como pessoa amada por Deus. Esses são valores que estão deixados de lado na sociedade em geral. No caso da pessoa com deficiência a exclusão e o preconceito ainda são bastante acentuados. A atuação social passa pelo indivíduo, que despertado sente a necessidade e vai em busca de participação, mas também se dá como coletivo. Os fraternistas não só se tornam sujeitos de sua própria vida, como também apresentam valores que vão na contramão do que se encontra no meio social.

A FCD deixa de ser um movimento intimista, preocupado com o sofrimento das pessoas com deficiência, para se incluir nas discussões pertinentes ao mundo da deficiência e das pessoas atingidas por ela e também passa a se preocupar e se ocupar dos problemas do Brasil e do mundo. O caminhar em direção aos direitos e aos problemas do mundo, o que se deu de forma mais intensa a partir da preparação do Ano Internacional da Pessoa Deficiente e das comemorações no ano de 1981, continuou, em decorrência das discussões e da visibilidade que estas

comemorações propiciaram. A partir daí a FCD teve efetiva participação nas lutas sociais em geral e particularmente nas questões relacionadas a direitos que também incluem as pessoas com deficiência, como direito à educação, o direito de ir e vir, entre outros.

O Movimento Social Religioso torna-se também em um movimento político, à medida que se envolve na luta por direitos e participa de atos de denúncia e anúncio de situações que contribuem para a construção de melhores condições de vida e de uma sociedade mais justa e solidária.

FCD – Educação - Inclusão

Inclusão, segundo Maria Teresa Mantoan, é a “inserção escolar de forma radical, completa e sistemática.” Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2003, p. 19). Ela entende que no conceito de *integração* cabe a ideia de escola especial. Para Susan Stainback, “uma escola inclusiva é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas” (STAINBACK, 1999, p. XII).

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca, 1994, reafirma o direito à educação para todos os indivíduos. Garante o acesso às escolas regulares, que incluam todos. Essas escolas devem adequar-se, por meio de uma pedagogia centrada na criança, de modo a serem capazes de ir ao encontro de suas necessidades. Ainda apela aos governos, entre outras coisas, para:

- adotar como matéria de lei ou como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo (Declaração de Salamanca, 1994: p. IX).
- que sancionem a perspectiva da escola inclusiva e apoiem o desenvolvimento da educação de alunos com necessidades especiais, como parte integrante de todos os programas educativos (Declaração de Salamanca, 1994: p. X).

A presença de uma pessoa com deficiência na rede de ensino deve garantir-lhe estar integralmente envolvida no processo educacional, em todos os espaços disponíveis capazes de propiciar seu desenvolvimento cognitivo, cultural, social possibilitando seu crescimento como ser humano, segundo Edgar Morin, “ todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana.” (MORIN, 2002, p.55). Deve permitir seu crescimento pessoal e possibilitar a seus colegas um crescimento em relação a sua visão sobre as diferenças e uma postura qualificada de convivência com elas.

Dentro do processo de aprendizagem o/a professor/a torna-se mediador/a da construção do conhecimento, pesquisador e incentivador de pesquisa e mediador de convivência das diferentes culturas. Maseto (2003) faz uma diferenciação entre *processo de ensino* e *processo de aprendizagem*. O processo de ensino traz a ideia de transmissão de conhecimento “*o professor ‘ensina’ aos alunos que ‘não sabem’*”. Ele defende o processo de aprendizagem, que, embora traga embutida a ideia de ensino, leva em conta o aluno, o que ele precisa saber, como ele aprende e qual o capital cultural que possui.

Ao falarmos de processo de aprendizagem, queremos nos referir a um *processo de crescimento e desenvolvimento de uma pessoa em sua totalidade*, abarcando minimamente quatro grandes áreas: *a do conhecimento, a do afetivo-emocional, a de habilidades e a de atitudes ou valores*. (MASETO, 2003, p.37).

Com a perspectiva da escola inclusiva a convivência com o diferente torna-se mais aguda, o docente além de conviver com os desafios para a docência e a constante necessidade e busca de superação desta demanda, depara-se com o “*inédito viável*”, como diria Paulo Freire.

O ‘*inédito viável*’ é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um ‘*percebido destacado*’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem então que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. (Ana Maria Freire, in FREIRE, 1999, p. 206).

O docente tem diante de si o desconhecido que se apresenta e já à primeira vista é diferente na forma de se locomover, de se comunicar, de ler etc. A diferença agora não é só de âmbito cultural de construção de sentidos e valores, culturas diferentes, inclui um instrumental de comunicação e locomoção diferenciado. No entanto, é uma pessoa que transpôs barreiras, que se constituiu como estudante, na maioria das vezes com muitas lutas e dificuldades, e chegou, está aí para continuar sua caminhada no sentido de “*ser mais*”.

Sendo o ser humano o centro do processo de construção de conhecimento, é um caminhar em direção ao ser mais, como diz Paulo Freire, que só pode acontecer em encontro de subjetividades em uma relação dialógica.

Se, na educação como situação gnosiológica, o ato cognoscente do sujeito educador (também educando) sobre o objeto cognoscível, não morre, ou nele se esgota, porque, dialogicamente, se estende a outros sujeitos cognoscentes, de tal maneira que o objeto cognoscível se faz mediador da cognoscibilidade dos dois, na teoria da ação revolucionária se dá o mesmo. Isto é, a liderança tem, nos oprimidos, sujeitos também da ação libertadora e, na realidade, a mediação da ação transformadora de ambos. Nesta teoria da ação, exatamente, porque é revolucionária, não é possível falar nem em ator, no singular, apenas em atores, no plural, mas em atores em intersubjetividade. (FREIRE, 1977, p. 150).

A relação intersubjetiva aponta para heterogeneidade,

a experiência mais extrema, às vezes a mais cruel, mas provavelmente também a mais enriquecedora que podemos ter da heterogeneidade é a que nos é

imposta através do encontro com o outro, enquanto limite de nosso desejo, de nosso poder e de nossa ambição de domínio(na primeira acepção do termo) (ARDOINO apud BARBOSA, 2004, p 15).

A pessoa com deficiência é um dos atores desse processo e precisa ser incluída como participante do mesmo. Ela tem plenas condições de ser atora e autora dessa construção de cidadania. Tudo isso produz estranhamento, que precisa ser percebido, analisado e desconstruído na descoberta das semelhanças e das possibilidades de construção de espaço de convivência e troca que possibilita a ambos uma relação de alteração. Entende-se alteração como uma relação onde se constrói um novo momento para todos os envolvidos, onde todos são afetados por essa relação. Isso se dá com base no reconhecimento do outro em um processo de convivência. Há uma tomada de consciência do outro, sendo aquele que possui suas próprias vivências que têm semelhanças com as minhas, mas que é diferente significativamente. O explicitar dessas vivências e dessas diferenças e, no diálogo com elas, se produzem novos significados e um novo patamar de conhecimento de mim mesmo, por conseguinte uma nova identidade do grupo, produzindo assim uma reformulação da subjetividade e do conhecimento, conforme Joe L Kincheloe (2007).

O docente e o discente constroem-se em relação e juntos produzem conhecimento sobre si e sobre o conhecimento acumulado pela humanidade, em que o outro não é apenas ideia de outro, mas considerar a presença do outro e sua ação na temporalidade e “que produz morte e enriquecimento tudo junto” (BARBOSA, 2004) O docente tem diante de si o desafio de transpor barreiras e se aproximar desse “desconhecido” e tornar esse processo educacional significativo para ele, educador, para o educando e para os demais educandos.

A postura educacional deve ser a de apostar no incerto e trilhar um caminho que precisa ser descoberto a cada passo, partindo do princípio de que o que está dado não é definitivo. Mantoan fala em déficit real e circunstancial, referindo-se a déficit real como aquele dado pelo diagnóstico médico diante da anomalia ou lesão apresentada. O déficit circunstancial seria a interação entre a incapacidade física e/ou mental e os obstáculos que o social interpõe entre o sujeito e o meio (MANTOAN, 2000, p.18).

Considerações Finais

o fim último da educação inclusiva é a conquista da autonomia moral e intelectual de pessoas com deficiência. (MANTOAN, 1997)

No processo da Constituinte, a Fraternidade participou ativamente na luta pela garantia dos direitos humanos e em especial ao direito à educação para todo ser humano. Quanto à luta pela educação, segundo fraternistas envolvidos nesse período, houve a preocupação com a garantia do direito à educação e pouca discussão com relação à inclusão escolar, o que tem feito

com que a FCD em muitos lugares do país esteja fora da discussão sobre a implantação efetiva da inclusão escolar. No entanto, a forma de atuação da FCD e os valores transmitidos corroboram com o processo de educação inclusiva, à medida que produz resgate da autoestima, da dignidade e da autonomia, empoderando as pessoas para participação na vida social e educacional.

O papel fundamental da FCD, na vida das pessoas com deficiência e dos que estão ao seu redor, diferentemente de outros movimentos que engajam as pessoas que já estão em processo de reabilitação ou já têm certa participação na sociedade, é ir ao encontro das pessoas lá no seu isolamento, na sua solidão. Visita, estimula, acha formas de fazê-las participar dos encontros dos grupos. Coloca-as no convívio com outras em condições similares. Pode-se notar, nos relatos e depoimentos, o quanto proporciona o resgate da autoestima, o protagonismo de sua vida e o resgate da dignidade humana. À medida que estão se envolvendo no Movimento, são propiciados momentos de formação e capacitação, preparando-as para um maior envolvimento. O despertar desses seres humanos contagia as outras pessoas à sua volta, num primeiro momento a família, depois cuidadores e até pessoas mais distantes que começam a perceber as transformações. Despertando de sua letargia, os fraternistas tornam-se sujeitos de sua história e da história da sociedade.

A atuação social passa pelo indivíduo, que despertado, sente a necessidade e vai em busca de participação, mas também se dá como coletivo. Os fraternistas não só se tornam sujeitos de sua própria vida, como também apresentam valores que vão na contramão do que se encontra no meio social. Além deste movimento de subjetivação, vai passo a passo envolvendo-se em questões de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, especialmente naquelas lutas que procuram proporcionar a plenitude de vida para essas pessoas. No mundo todo, a FCD tem dado sinais de envolvimento, de uma forma ou de outra, nas demandas por direitos. A FCD, como entidade civil, participa dos movimentos sociais.

Ao finalizar este trabalho, pode-se afirmar a significativa importância da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência. Em sua trajetória, além dos benefícios pessoais às pessoas com deficiência, conforme o apresentado no decorrer do trabalho: autonomia, empoderamento, resgate da dignidade humana, o lema da Fraternidade “Levanta-te e Anda!” tornou-se realidade. As pessoas levantaram-se de seu “leito” e saíram a andar. Saíram de seu quarto, saíram de sua casa e começaram a percorrer a vida. Começaram a ser encontradas no portão, na praça, no mercado, no metrô, no ônibus, nas manifestações ... nas igrejas para rezar, casar, batizar... A sociedade começa a perceber que há mais um agente participando no seu meio. É um pouco estranho, diferente, mas aos poucos vai percebendo que também é gente e está reivindicando seus direitos.

Estes seres, que só viam pela janela e eram vistos só através da vidraça, fazem com que a sociedade se conscientize de que eles existem. Libertam-se da “ditadura do olhar”. São pessoas. Esta é uma importante contribuição da FCD, tirar as pessoas com deficiência da invisibilidade. Isto contribui para o processo de inclusão social e escolar, mesmo que não tenha participado conscientemente da discussão sobre a escolarização inclusiva. Elas estão aí! Fazem parte do grupo social e vão participar!

Aquele que ousa, mistura-se com todos, dialoga com todos para chegar a fraternizar-se com todos. É a árvore exposta ao vento, mas solidamente enraizada. O vento, a neve e a chuva não impedem sua frondosidade magnífica, sua abundância de flores e frutos. É ela.

Então, vocês, doentes e deficientes, que passam por pessoas que são menos, mesmo que não sejam, apareçam, claramente, como aqueles que São porque ousaram Ser, e que levam ao mundo, a vida.

Henri François Páscoa de 1961

Referências

- ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, Joaquim (Org). *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos/SP: Editora da UFScar, 1998.
- BARBOSA, Joaquim. O pensamento plural e a instituição do outro. In: *Multirreferencialidade e Educação. Educação & Linguagem*, ano 7, nº 9, jan/ jun. 2004, São Bernardo do Campo, SP: UMEP, p 45 – 54.
- COSTA-RENDERS, Elizabete Cristina. *Educação e Espiritualidade: pessoas com deficiência, sua invisibilidade e emergência*. São Paulo: Paulus, 2009 (Coleção Pedagogia e educação).
- FRANÇOIS, Henri. *Mensagens Fraternas*. trad. de Nice Freitas S.de Mello e Helena Machado Werneck. Porto Alegre: FCD, 2003.
- FRANKL, Viktor. *Em Busca do Sentido da Vida: um psicólogo no Campo de Concentração*. Trad: SCHLUPP, Walter O.; AVELINE, Carlos C. Porto Alegre: Sulina/São Leopoldo: Sinodal, 1987.
- FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL (FCD). *Documento Base*. 4ª edição revisada na Assembleia Nacional – Jundiaí/SP. 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GUIMARÃES, Marcelo Resende. *Educação para a Paz: sentidos e dilemas*. 2ª ed. Caxias do Sul/RS: Educus, 2011.
- JAINES, Luiz Itamar; SCHUCK, Ethilha Maria. *Dez fraternos anos no Brasil: 1972 – 1982*. São Paulo: Loyola, 1982.
- KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. *Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANTOAN, M.T. *Ser ou estar, eis a questão*; explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, M.T. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MASETTO, Marcos T. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

MORIN, Edgar. *Sete saberes necessários à educação do futuro*. trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 5ª ed. São Paulo: Cortez/ Brasília, DF: UNESCO, 2002.

SACKS, Oliver. *Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STAINBACK, Susan, STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. trad.: Maria França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TOURAINÉ, Alain. *Um Novo Paradigma: para compreender o mundo hoje*. 2ª ed. trad. de Gentil Avelino Titon. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.